

VÁRIOS ESCRITOS

Vários escritos, uma preocupação

por Max Gimenes

Vários escritos reúne textos bastante diversos de Antonio Candido. Basta observarmos algumas informações sobre os doze ensaios que compõem a obra para constatar sua abrangência: anos de redação que variam da década de 1960 à de 1990; origens que remontam desde a aulas e palestras até a capítulos de livros e artigos em revistas científicas; temas que vão da sociabilidade literária de nossos poetas árcades à face política de um de nossos mais importantes críticos de cinema...

Por trás dessa aparente variedade, contudo, há algo mais profundo que assegura a unidade do livro. Trata-se do humanismo do autor, em especial a forma concreta de manifestação desse humanismo em um intelectual que era, afinal de contas, um crítico literário na periferia do capitalismo. Assim sendo, o compromisso universal com a emancipação humana assume, em Antonio Candido, ao menos duas expressões particulares: por um lado, a do crítico literário *brasileiro*, comprometido politicamente com a formação

inacabada da nação enquanto uma democracia moderna frente aos obstáculos de seu passado colonial e escravista; e, por outro, a do brasileiro *crítico literário*, comprometido profissionalmente com a literatura e a defesa de sua autonomia relativa contra os perigos da subordinação às demais esferas da vida social, inclusive a política. Da tensão latente entre essas expressões de seu humanismo surge a preocupação essencial do livro: encontrar o equilíbrio entre esses compromissos, isto é, compreender se e como a produção intelectual, em suas dimensões artística ou científica, pode contribuir com a modernização e a democratização da nação, sem prejuízo às regras próprias de valor de cada um desses domínios especializados.

Nesse sentido, existem dois movimentos complementares em *Vários escritos*. O primeiro é mostrar como grandes obras literárias podem contribuir de algum modo com os processos mais amplos de democratização nacional ou de emancipação humana *independentemente* da intencionalidade de seus autores. Fazem parte desse movimento principalmente os textos da primeira parte do livro, que se debruçam sobre grandes escritores brasileiros, como Machado de Assis, Oswald de Andrade, Drummond, Guimarães Rosa, Basílio da Gama e demais árcades mineiros. Já o segundo movimento é mostrar como a ação política orientada por ideias universais de emancipação, para ter sucesso num tempo e lugar determinados, *depende* do conhecimento concreto de seus obstáculos locais, o que poderia ser proporcionado pela produção intelectual nacional, sobretudo aquela

“Há algo mais profundo que assegura a unidade do livro. Trata-se do humanismo do autor, em especial a forma concreta de manifestação desse humanismo em um intelectual que era, afinal de contas, um crítico literário na periferia do capitalismo.”

realizada a partir de pressupostos radicalmente democráticos. Fazem parte desse movimento os textos da segunda parte do livro, que se dedicam a temas como a relação da literatura com os direitos humanos; a importância de uma tradição de pensamento democrático radical no Brasil; as flutuações do sentido político da palavra “nacionalismo” entre a direita e a esquerda no país ao longo do século XX; a relação do conhecimento acadêmico iniciado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo com aquela tradição de pensamento radical; o significado democrático radical do livro *Raízes do Brasil*; a face política do crítico de cinema e colega de geração Paulo Emílio Sales Gomes, pioneiro na busca teórica e prática de um socialismo democrático no Brasil.

Vale notar que Paulo Emílio foi quem iniciou Antonio Candido na militância propriamente dita no começo da década de 1940, tornando-se seu mentor político e lhe comunicando a ideologia que adotaria não apenas naquele contexto, em pequenos agrupamentos de esquerda e no antigo Partido Socialista Brasileiro (PSB), mas para o resto da vida, incluindo sua participação, já a partir dos anos 1980, no Partido dos Trabalhadores (PT). Se todos os textos anteriores estavam num registro por assim dizer mais *negativo*, ou seja, destacando como a produção intelectual em geral poderia servir para a tomada de consciência e a crítica concretamente fundamentada da realidade existente que se quer transformar, este último ensaio, escrito em 1986 para um livro de homenagem, vai além disso e se coloca num registro por assim dizer mais *positivo*, sugerindo a doutrina que parecia ao autor a mais consequente como orientação para a ação política comprometida com a construção de uma nação democrática de fato. E essa doutrina seria, justamente, aquela formulada por Paulo Emílio:

um socialismo democrático, mas combativo, orientado pela situação brasileira, não pela política soviética; preocupado com

os meios específicos de resolver os nossos problemas; partindo de premissas marxistas mas abrindo-se para as conquistas do pensamento e da experiência política do tempo.

Para compreender melhor esse duplo movimento, existem dois textos-chave em *Vários escritos*, que são aqueles que abrem sua segunda parte: o clássico ensaio “O direito à literatura”, onipresente nos currículos de letras Brasil afora e que sustenta e ilumina teoricamente o primeiro movimento; e “Radicalismos”, ensaio menos conhecido porém não menos importante que faz o mesmo em relação ao segundo movimento. Vejamos então, brevemente, o que Antonio Candido diz em cada um deles.

“O direito à literatura” é produto de uma palestra realizada em 1988 num evento da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo da Igreja Católica e foi originalmente publicado no ano seguinte em um livro coletivo a respeito da temática dos direitos humanos. Isso faz todo o sentido quando nos lembramos do contexto de redemocratização do país e de mobilização da sociedade civil para a retomada de direitos, o que ganharia forma definitiva com a Constituição de 1988, após os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte instalada no ano anterior. O ensaio de Candido, então, buscava intervir nesse debate, discutindo, de ângulos diferentes porém complementares, a relação da literatura com os direitos humanos.

Em primeiro lugar, o crítico busca responder à seguinte questão: poderia a literatura ser considerada um direito humano, isto é, algo que, numa sociedade justa, deveria ser inscrito em leis e garantido pelo Estado? Para tanto, seria necessário antes saber se ela corresponde a uma necessidade humana. Adotando então uma definição de literatura a mais ampla possível — “todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura” — ele argumenta que

“[‘O direito à literatura’] buscava intervir nesse debate, discutindo, de dois ângulos diferentes porém complementares, a relação da literatura com os direitos humanos.”

sim: “Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação. Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as 24 horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado”. Correspondendo a uma necessidade, a fruição da literatura em todas as suas modalidades constituiria então um direito que deveria ser assegurado a todos, pois do contrário acarretaria mutilação à existência, que afinal não é feita apenas de necessidades físicas, como alimentação, moradia e vestimenta, mas também de necessidades espirituais, como a arte e a literatura.

Em segundo lugar, busca responder a outra questão: poderia a literatura funcionar como instrumento consciente de luta pelos direitos humanos? Para isso, o crítico faz antes uma discussão sobre a natureza da literatura e a função que ela desempenha ao satisfazer aquela necessidade humana de fabulação. Para ele, a literatura teria uma função humanizadora, de formação da personalidade, porém não de acordo com objetivos previamente estabelecidos como na instrução ou na educação, e sim de maneira livre e complexa como a própria vida que ela transfigura. E faria isso mediante a atuação simultânea dos três aspectos que a compõem, considerando que a literatura, para Candido, é: 1) uma forma de conhecimento intencional ou mais frequentemente latente que resulta da 2) expressão de emoções ou visões de mundo que 3) precisam antes ser organizadas e construídas, enquanto objeto, de acordo com o enquadramento de uma convenção de estilo que lhe assegura generalidade

e permanência acima das contingências específicas que lhe serviram de estímulo. O crítico argumenta, então, que o primeiro nível humanizador da literatura é proporcionado pela própria construção formal:

A produção literária tira as palavras do nada e as dispõe como todo articulado. Este é o primeiro nível humanizador, ao contrário do que geralmente se pensa. A organização da palavra comunica-se ao nosso espírito e o leva, primeiro, a se organizar; em seguida, a organizar o mundo.

Ao contribuir para desmistificar a realidade, revelando o outro como um ser fundamentalmente igual ou mostrando a miséria em que muitos desses outros vivem mesmo numa sociedade cujo avanço técnico já permitiria resolver tal problema, a literatura tornaria as desigualdades menos aceitáveis e, nesse sentido, colaboraria com o progresso no “sentimento do próximo”, que seria um pressuposto da luta pelos direitos humanos: “Porque pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo”. Com isso, Candido busca afastar a ideia perigosa de instrumentalização política, como se só a literatura intencionalmente comprometida com os direitos humanos contribuísse para o seu avanço, o que a história literária desmente.

“A leitura de *Vários escritos* se mostra especialmente oportuna como contribuição muito valiosa para entendermos o lugar da cultura de uma maneira geral, e da literatura e das ciências humanas em particular, nesse árduo processo.”

“Radicalismos”, por sua vez, também é resultado de palestra realizada em 1988, porém no Instituto de Estudos Avançados da USP, e foi publicado pela primeira vez dois anos depois na revista da mesma instituição. O ensaio busca responder à questão da existência e da importância de ideias radicalmente democráticas no Brasil, entendendo o pensamento radical como o oposto do conservadorismo predominante e o qual reage aos estímulos dos problemas sociais de maneira progressista. Essas características seriam possíveis de avaliar de acordo com alguns critérios, entre os quais é possível destacar a concepção de uma nação autônoma e de uma cidadania ampla que correspondesse ao conjunto da população, sem subordinação política a um imperialismo externo ou a elites internas. Adotando então um raciocínio análogo à sua obra-prima *Formação da literatura brasileira*, o crítico sugere que o radicalismo não havia se formado no Brasil enquanto sistema, o que seria problemático do ponto de vista da realização de ideias emancipatórias universais no país, pois estas só surtiriam efeito onde pudessem se combinar com um corpo de pensamento democrático radical local. Contudo, haveria no Brasil manifestações de pensamento radical, como por exemplo Joaquim Nabuco, considerado radical provisório enquanto durou a campanha abolicionista, e Manoel Bomfim e Sérgio Buarque de Holanda, considerados radicais permanentes. Essas manifestações radicais seriam importantes de se recuperar e reconhecer como pontos de partida para conhecermos os obstáculos locais à emancipação na formação histórico-social brasileira e, assim, podermos agir concretamente para sua superação: “investigar os traços de pensamento radical é condição indispensável para o exercício adequado e eficiente das ideias de transformação social, inclusive as de corte revolucionário”.

Por fim, faz-se necessária uma explicação. O livro que chega agora pela editora Todavia não é o mesmo que foi publicado pela primeira vez em 1970 e reeditado sem alterações em 1977. A própria

composição da obra variou bastante desde então. A principal mudança ocorreu na terceira edição, publicada em 1995, o que a fez praticamente dobrar de tamanho: além da substituição de um ensaio da primeira parte, já publicado em livro anteriormente, por um outro ainda inédito no formato, foi nesse momento que se acrescentou a segunda parte, tornando-o desde então conhecido como um dos livros mais “políticos” de Antonio Candido ao lado de *Terresina etc.* “Portanto, trata-se praticamente de outro livro, dividido em duas partes”, como afirma o próprio autor em nota à terceira edição. Houve ainda outras modificações mais pontuais na quarta edição, lançada em 2004 e reeditada em 2011 sem alterações: a exclusão de dois ensaios também já publicados anteriormente em livro, “devolvidos”, assim como aquele substituído na terceira edição, para suas publicações de origem, que haviam sido então reeditadas.

Essas alterações podem ser contextualizadas na trajetória do autor e na história brasileira para serem mais adequadamente compreendidas. Quando *Vários escritos* foi lançado, em 1970, Antonio Candido vivia um processo de reaproximação com a política e com as questões sociais, após um período de maior foco nos estudos literários. Essa fase de atuação mais especializada vai do final da década de 1950, depois da defesa de sua tese de doutorado em sociologia, de seu afastamento da militância partidária e de seu início como docente de literatura brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis — hoje campus da Universidade Estadual Paulista (Unesp) —, ao final dos anos 1960, após a polarização política do início da década, a ascensão autoritária com o golpe e sobretudo sua consolidação e o recrudescimento com o Ato Institucional n. 5. Nesse novo cenário, a atuação intelectual de Candido volta a se politizar como ocorrera no contexto de luta contra a ditadura do Estado Novo. Primeiramente, essa politização se manifesta de maneira indireta, no âmbito de sua própria atuação especializada enquanto crítico literário, como vimos a respeito da primeira

parte do livro, cujos textos foram escritos majoritariamente na segunda metade da década de 1960. Em seguida, passa a se manifestar também como intervenção direta no debate público em torno da redemocratização e seus rumos, como vimos acerca da segunda parte da obra, toda escrita durante a década de 1980.

Num momento em que a reconstrução democrática do país e a luta contra o autoritarismo se colocam novamente na ordem do dia, a leitura de *Vários escritos* se mostra especialmente oportuna, como contribuição muito valiosa para entendermos o lugar da cultura de uma maneira geral, e da literatura e das ciências humanas em particular, nesse árduo processo.



Max Gimenes é sociólogo, professor e pesquisador. Tem graduação e mestrado pela USP, onde desenvolve atualmente pesquisa de doutorado a respeito da trajetória intelectual e política de Antonio Candido, sobre quem já publicou diversos textos. É membro do Grupo de Estudos Antonio Candido e Gilda de Mello e Souza do Instituto de Estudos Brasileiros da USP. Foi editor assistente nas editoras LeYa Brasil e Planeta de Livros.